Informativo CNI
Ano 13 • Número 6 • julho de 2016

RELATÓRIO INFRAESTRUTURA

CNI
Confederação Nacional da Indústria
CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

DESTAQUES DO MÊS

TCU determina regulação de armadores estrangeiros

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou que a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) passe a regular os armadores estrangeiros, responsáveis pelo transporte de longo curso com o Brasil e que transportam quase a totalidade do comércio exterior brasileiro em valores. A decisão é uma vitória dos usuários da navegação, que nos últimos anos vêm reivindicando uma regulação efetiva das empresas estrangeiras que operam em águas brasileiras. O relatório da Ministra Ana Arraes acolhe parcialmente entendimento da denúncia feita pela Associação dos Usuários dos Portos do Rio de Janeiro (UsuportRJ) de que armadores estrangeiros atuam no Brasil em descumprimento à Constituição e a duas leis a que dispõe sobre o transporte aquaviário e a que criou a ANTAQ. Para o UsuportRJ, a atuação dos armadores no País deve ser precedida de uma outorga de autorização e a ANTAQ deve monitorar os fretes e as sobretaxas que essas empresas cobram dos clientes, para evitar abusos. O TCU deu 90 dias para que a ANTAQ institua procedimento que "ateste e assegure" que os armadores estrangeiros estão enquadrados nos acordos firmados pela União, atendido o princípio da reciprocidade – norma que verifica se as condições para exercício do direito estão presentes, por meio de outorga de autorização ou outro ato administrativo com o mesmo fim. Também em 90 dias a Agência deverá apresentar um plano de ação voltado à regulação do transporte de longo curso contemplando, por exemplo, o registro dos preços dos fretes e outros serviços, estudos comparativos de rotas e preços praticados pelos armadores estrangeiros, e normas para aplicação de sanção em caso de omissões injustificadas de portos. A ANTAQ ainda não recorreu. O Centro Nacional de Navegação Transatlântica (Centronave), que representa armadores, encaminhou petição ao TCU em que pede o reexame da questão. A Associação entendeu que o Tribunal invadiu área que era de competência privativa da agência reguladora. *(07.07.2016 – Baseado em Valor Econômico)*

PAINEL

ANEEL abre Audiência Pública sobre o cadastro positivo, associado à CCEE

A ANEEL abriu Audiência Pública para obter subsídios para o aprimoramento da minuta de Resolução Normativa que dispõe sobre as garantias financeiras, a homologação de registros validados de contratos e a divulgação de informações por meio do Cadastro Positivo, associados à comercialização na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Os interessados podem enviar contribuições até o dia 08 de agosto de 2016.

Saiba mais: www.aneel.gov.br

Aneel aprova edital de linhas de transmissão com retorno menor

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) aprovou o edital do segundo leilão de transmissão com uma redução importante no retorno permitido aos investidores. Em setembro, serão licitados 22 lotes de linhas, com investimentos estimados em R$ 11,8 bilhões. No primeiro leilão o Governo conseguiu leiloar 56% dos lotes, atraindo investimentos de quase R$ 9 bilhões. Para o segundo, no entanto, a Aneel reduziu de 9,5% para 8,5% o retorno dos investidores. A agência leva em conta a volta dos financiamentos do BNDES em até 70% do empreendimento —o Banco havia reduzido o limite para 50%—, o que reduz o risco. Com o aumento do financiamento do BNDES, a decisão cautelar do TCU que exigia o aumento do retorno, e que forçou a elevação do retorno para 9,5% no primeiro leilão, se tornou irrelevante para o edital. Nas contas da Aneel, o impacto que seria produzido pelas exigências feitas pelo Tribunal sobre o retorno permitido aos investidores seria de apenas 0,2 ponto percentual. A Aneel e o tribunal vinham discutindo nos bastidores sobre a necessidade do cumprimento da cautelar, uma vez que a Agência detinha um efeito suspensivo dessa medida até que o mérito fosse julgado. Assim, mesmo sem ter que cumpri-lo na prática, já que o valor foi reduzido em 1 ponto percentual, a Aneel atendeu ao pleito do Tribunal de estabelecer um retorno mais adequado ao risco da operação. Os lotes que estão sendo leiloados são importantes linhas de transmissão planejadas para escoar energia do Norte para o Sudeste do País e para aumentar os volumes de eletricidade que podem ser transacionadas entre o Sudeste e o Nordeste. Após o leilão, a maioria dos vencedores terão 60 meses para concluir a construção das linhas. *(07.07.2016 – Baseado em Folha de São Paulo)*

PAINEL

ANEEL abre Audiência Pública sobre o Sistema de Medição para Faturamento - SMF

A ANEEL abriu Audiência Pública para obter subsídios para o aprimoramento da proposta de regulamento referente aos procedimentos e requisitos atinentes ao Sistema de Medição para Faturamento - SMF para unidades conectadas a distribuidoras. Os interessados podem enviar contribuições até o dia 28 de agosto de 2016.

Saiba mais: www.aneel.gov.br

Investimentos em eólica somam US$ 28 bilhões em dez anos

Em pouco mais de dez anos, o Brasil se tornou um dos maiores mercados de energia eólica no mundo. Entre 2006 e 2015, o setor recebeu US$ 28 bilhões em investimentos, sendo que ano passado foram US$ 5 bilhões, o que fez o país se tornar um dos quatro maiores investidores do planeta nessa fonte, cenário que pode se manter ao longo dos próximos anos, diante da dificuldade de licenciamento de grandes hidrelétricas e baixa disponibilidade de gás. Com 349 usinas no total, o ano passado terminou com 8,7 mil MW de potência eólica instalada, um crescimento de 46% de potência em relação a dezembro de 2014 e que fez o país figurar entre os dez maiores geradores da fonte no mundo. Neste ano, a capacidade deve pular para 11,6 GW em dezembro e chegar a 18,8 GW em 2019. Em 2024, a energia hidroelétrica responderá por 58%, as eólicas, 11%, a solar, 3%, e as térmicas, 14%, segundo perspectiva preliminar do Plano Decenal 2024, elaborado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Com 2 GW de projetos em portfólio, a maioria deles no Nordeste, a CPFL Renováveis enxerga um cenário promissor para a fonte diante de um consumo per capita ainda baixo. Hoje, o consumo per capita brasileiro está em cerca de 2,5 mil kWh por habitante, abaixo do registrado na Argentina e Chile (3.300 kWh), e muito inferior ao apurado nos Estados Unidos, acima dos 12 mil kWh por habitante. O avanço dos ventos na matriz tem atraído a atenção de investidores tradicionais e novos players. *(04.07.2016 – Baseado em Valor Econômico)*

Leilões devem ser feitos apenas com licenciamento ambiental

Uma das propostas para as novas regras para concessões é fazer o leilão apenas quando as questões ambientais estiverem resolvidas, segundo o Secretário-Executivo do Programa de Parceria em Investimentos (PPI), Moreira Franco. De acordo com o Ministro, a pendência das questões ambientais tem gerado insegurança imensa, não só financeira, mas também jurídica, além de desorganização do processo e falta de confiança nas instituições públicas. A usina de São Luiz do Tapajós, cujo licenciamento foi suspenso em abril pelo Ibama, é um exemplo do problema. O Ministério do Meio Ambiente deve ser acionado assim que o plano de concessões for estruturado, para que comece a fazer os estudos necessários antes dos leilões. Acelerar o licenciamento não é uma ideia nova. Nas rodovias leiloadas entre 2012 e 2013 dentro do Programa de Investimento em Logística (PIL), a Empresa de Planejamento e Logística (EPL) foi encarregada de retirar as licenças prévias com o mesmo intuito, mas sem a obrigação de entrega-las antes da data do leilão. A licença prévia é a primeira etapa do processo e atesta a viabilidade ambiental do projeto. A segunda licença é a de instalação, que autoriza o empreendimento, e a terceira, de operação, que libera seu funcionamento. Hoje, elas são concedidas após o leilão. O conselho do PPI deve se reunir para definir as novas normas para o processo de concessões e os primeiros projetos que devem ser passados para o setor privado. *(04.07.2016 – Baseado em Folha de São Paulo).*

Indústrias devem dobrar vendas de sobras de energia

Consumidores livres, principalmente indústrias, devem dobrar este ano o volume de venda de energia excedente contratada, porém não consumida para geradoras e comercializadoras. No ano passado, os consumidores livres venderam 242 Mega Watts médios a geradoras e comercializadoras, volume 54% maior que em 2014. A projeção de venda de energia por essas empresas em 2016 da ordem de 480 MW médios equivale a cerca de 1% do consumo de energia de todo o País. O montante, aparentemente pequeno, é relevante, considerando que esse mecanismo chamado de "cessão de energia" entrou em vigor em julho de 2014, com objetivo de estimular a contratação de energia em longo prazo no mercado livre. Até meados de 2014, toda energia contratada por consumidores livres e não consumida deveria ser liquidada no mercado de curto prazo, pelo preço à vista da energia – Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) – da época. Hoje, porém, com a queda do PLD – atualmente de R$ 82,14 por Mega Watt hora (MWh) no Sudeste, principal mercado do País – e com o risco de inadimplência nas liquidações da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), devido ao excesso de liminares em vigor, tem aumentado o interesse dos consumidores livres em vender diretamente seus excedentes de energia. *(06.07.2016 – baseado em Valor Econômico)*

Senado aprova incentivo para investimentos em saneamento

O Senado aprovou o projeto que incentiva as companhias prestadoras de serviços de saneamento básico a aumentar seus investimentos no setor. O texto é um substitutivo da Câmara dos Deputados a um projeto de autoria do Senador José Serra (PSDB-SP) e segue agora para sanção presidencial. Pelo projeto, que faz parte do Pacto Federativo, fica criado o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (Reisb). Conforme a proposta, a empresa que aumentar os investimentos em determinados projetos ganhará créditos tributários das contribuições de PIS/Pasep e Cofins. Segundo Serra, esse montante é de cerca de R$ 3 bilhões por ano. Para as empresas que quiserem aderir ao regime, será exigida regularidade fiscal quanto aos impostos federais. Segundo Serra, o saneamento é um dos segmentos mais atrasados da infraestrutura no Brasil. Ele aponta que o Brasil apresenta um grave quadro de carência de saneamento, com investimentos insuficientes para alcançar a meta de universalização estabelecida para 2033. Serra ainda destaca que estudo da Organização Mundial de Saúde (OMS) registra que para cada Real investido em saneamento o Governo economiza R$ 4 reais em atendimento hospitalar. Dentre as mudanças aprovadas na Câmara, está a definição de um prazo para a concessão dos incentivos, que será o ano de 2026. O substitutivo também prioriza os investimentos voltados para a sustentabilidade, a inovação tecnológica, a preservação de áreas de mananciais e a eficiência dos sistemas de saneamento básico, de acordo com o Plano Nacional de Saneamento Básico. *(07.07.2016 – Baseado em Agencia Senado)*

1. ENERGIA ELÉTRICA

1.1. Previsão para Entrada em Operação de Novos Geradores – Quadro Geral (ANEEL)

Previsão para Entrada em Operação (em MW)
de 15 de junho de 2016 até 31 de dezembro de 2020

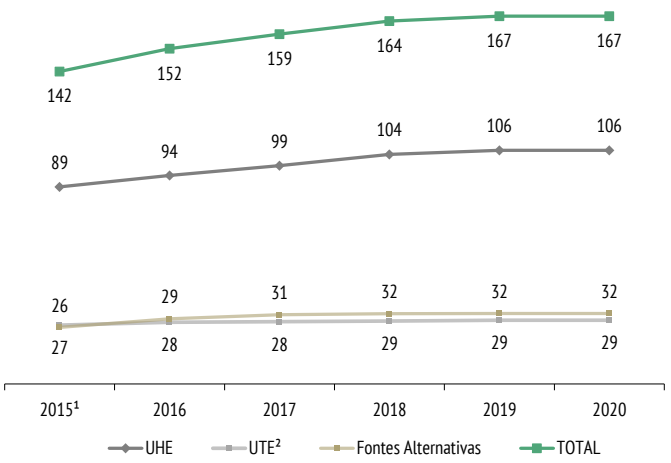
Usinas Hidrelétricas (UHE)						
Cenário	2016	2017	2018	2019	2020	Σ
Conservador	3.450	4.440	5.153	1.833	0	14.876
Otimista	3.450	4.440	5.153	2.023	0	15.066
Usinas Termelétricas (UTE)*						
Cenário	2016	2017	2018	2019	2020	Σ
Conservador	1.218	312	257	340	0	2.127
Otimista	1.289	312	581	361	3.992	6.534
Fontes Alternativas - PCHs, Biomassa e Eólica (F.A.)						
Cenário	2016	2017	2018	2019	2020	Σ
Conservador	2.053	1.871	526	10	25	4.484
Otimista	2.053	2.846	4.814	2.138	348	12.199
Somatório de UHE, UTE, F.A.						
Cenário	2016	2017	2018	2019	2020	Σ
Conservador	6.721	6.622	5.936	2.183	25	21.487
Otimista	6.791	7.598	10.548	4.522	4.339	33.798

Fonte: Elaboração própria com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)
Cenário conservador: considera somente as usinas sem restrições à entrada em operação.
Cenário otimista: considera as usinas sem restrições à entrada em operação e as usinas com impedimentos tais como licença ambiental não obtida, obra não iniciada e contrato de combustível indefinido.

As estimativas divulgadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) indicam, no cenário conservador, aumento de 2,4% ao ano na capacidade total de geração elétrica do País, considerando o período entre 15 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2020.

No cenário otimista, a previsão de expansão é de aproximadamente 33,8 mil MW no período 2016-2020. Nesse cenário, a taxa média de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica seria de 4,3% ao ano.

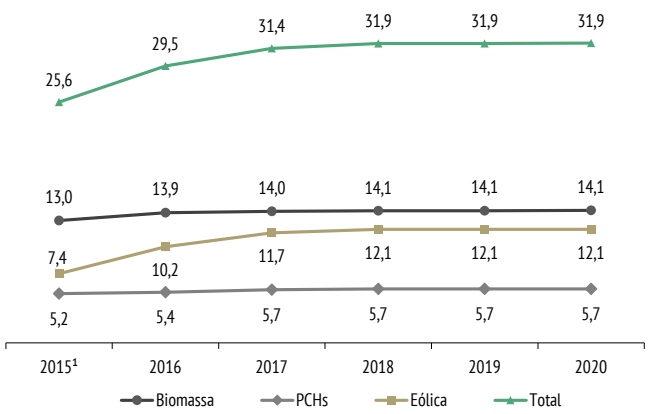
Previsão da Capacidade Instalada* (GW) e Oferta de Energia Firme (GW médio)
Cenário Conservador



Fonte:
Elaboração própria com dados da Aneel.

Notas:
[1] Capacidade Instalada em 31/12/2015.
[2] UTEs movidas a carvão, gás natural, diesel e óleo combustível.
[3] PCHs, UTEs movidas a biomassa e eólicas.
* Excluídas as Centrais Nucleares.

Previsão da Capacidade Instalada - Fontes Alternativas (GW)
Cenário Conservador



Fonte: Elaboração própria com dados da Aneel.
[1] Capacidade Instalada em 31/12/2015.

A estimativa conservadora de crescimento da capacidade instalada de geração elétrica, em 2016, é superior à estimativa de variação do PIB elaborada pela CNI, respectivamente, 7,3% e queda de 3,5%.

Entre 2016 e 2020, no cenário conservador, estima-se o crescimento de 19% da capacidade instalada no Brasil de usinas hidrelétricas (UHEs). O crescimento da geração térmica (UTEs), também no cenário conservador, deve ser de 8% no mesmo período. Em dezembro de 2015, a participação das UHEs foi de 63% na matriz elétrica nacional e e deve aumentar para 64% até 2020. A participação na capacidade total instalada das UTEs deve passar de 19% para 17% até 2020.

A participação das usinas térmicas a biomassa deve passar de 9% para 8% e a participação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) deve diminuir de 4% para 3% até 2020. A previsão conservadora para a participação das usinas eólicas (EOL) na capacidade total instalada, em 2020, passará de 5% para 7%.

1.1.1. Geração Hidrelétrica e Termelétrica

A previsão otimista prevê a entrada em operação de 15,1 mil MW de UHEs até 2020 e a previsão conservadora prevê uma entrada de 14,9 mil para o mesmo período. Em outras palavras, cerca de 99% da potência prevista não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

Em relação às termelétricas, prevê-se a entrada em operação no cenário otimista de 6,5 mil MW até 2020. Cerca de 32% dos empreendimentos não apresentam restrição ao andamento dos trabalhos.

1.1.2. Geração a partir de Fontes Alternativas

No cenário conservador, a contribuição das PCHs deverá ser de 428 MW de potência adicional até 2020. Já no cenário otimista, até 2020, devem entrar em operação um total de 2,1 mil MW.

As usinas à biomassa devem acrescentar, no cenário conservador, 835 MW até 2020. No cenário otimista, a contribuição adicional total dessa fonte pode chegar a 1,9 mil MW para o mesmo período.

Apesar da alta capacidade prevista para entrada em operação de eólicas no cenário otimista de 8,7 mil MW, apenas 37% da potência (3,2 mil MW) não apresenta restrições para entrada em operação até 2020.

Como relatam os autores de Introdução à Biologia das Invasões: o mexilhão dourado na América do Sul - biologia, dispersão, impacto, prevenção e controle (Gustavo Darrigran & Cristina Damborenea, ed.), a invasão do L. fortunei no Brasil ocorreu simultaneamente por duas vias distintas: a do Centro-Oeste, no Mato Grosso do Sul, possivelmente através da migração do mexilhão que chegou ao Prata há 25 anos e daí subiu através do rios Paraná e Paraguai, auxiliada pela intensa navegação fluvial. A outra via consistiu na água de lastro de embarcações que chegaram aos portos interiores junto ao Guaíba, através da Lagoa dos Patos. E assim o mexilhão tocou a barragem de Itaipú, que constitui barreira intransponível para a migração passiva do molusco em direção ao alto Rio Paraná. Possivelmente, a entrada da espécie na represa tenha sido acidental, eis que não há conexão entre o rio Paraguai, a represa de Itaipu e o alto Rio Paraná. Mas há intensa circulação de barcos desprovidos de controle sanitário ou limpeza de cascos.

Um ano após sua primeira detecção na tomada d'água de Itaipú, a população do mexilhão dourado atingiu 8.000 indivíduos por m2 e em pouco tempo tomou conta da totalidade da represa, ultrapassando o limite norte à montante e alcançando a hidrelétrica de Sérgio Motta em Porto Primavera, na fronteira entre Mato Grosso do Sul e São Paulo. Logo chegou a represa de Ilha Solteira, em São Paulo, e São Simão, no Rio Paranaíba. Em 2004 já estava no Rio Tietê, junto à represa de Barra Bonita, próxima à capital do Estado. Lamentavelmente, o avanço à contracorrente dessa espécie, à razão de 240 km por ano, se faz por ação humana, aderindo-se aos cascos dos barcos, transportados tanto pela água como por terra, quando as embarcações e artefatos de pesca são deslocadas por estradas a outros corpos d'água. Ou ainda por caminhões transportadores de areia destinada ao enchimento de praias artificiais.

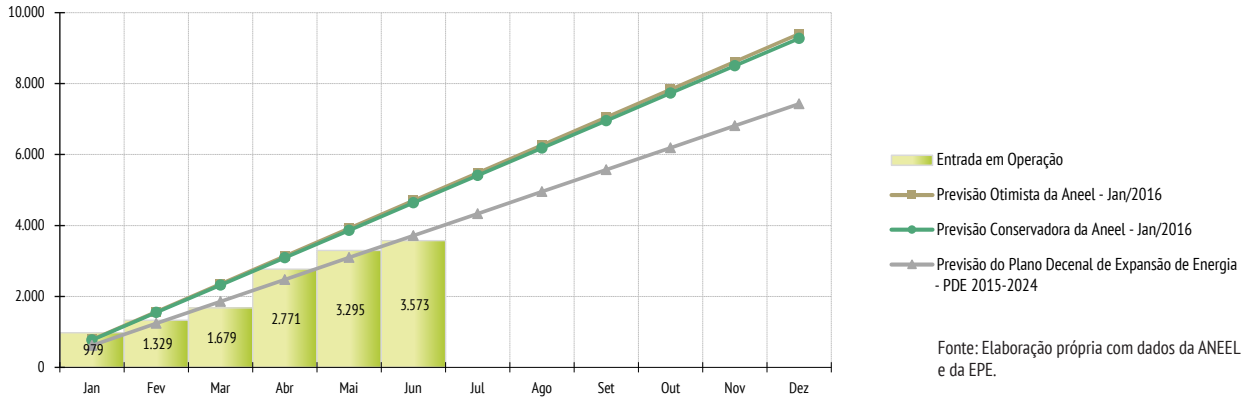
Estima-se que não tardará em alcançar as demais hidrelétricas e as represas do alto Paraná. Ademais, há risco de que possa seguir se deslocando até alcançar o São Francisco e outros rios que chegam à costa leste e ao Nordeste do Brasil. No Pantanal, no alto rio Paraguai, a circulação das embarcações é intensa e constitui uma zona de risco como porta de entrada até a bacia do Amazonas.

Em 2003, o Governo brasileiro com apoio do Global Ballast Water Management Programme, iniciativa da International Maritime Organization, criou força-tarefa para o controle do mexilhão-dourado, no intento de reduzir a transferência de espécies exóticas aquáticas através de água de lastro. A empresa energética Furnas, envolvida nesse esforço, implementou uma grande campanha "Não dê carona a esse bicho" nas comunidades e escolas do Pantanal Mato-grossense, com atuação também durante os festivais de pesca. Mas a situação está longe de ser controlada. As populações do mexilhão dourado continuam crescendo à taxas alarmantes, tornando-o não só uma das maiores pragas biológicas no Brasil como a espécie invasora de água doce mais agressiva da América do Sul.

1.1.3. Expansão da Capacidade de Geração

O gráfico apresentado a seguir ilustra os acréscimos mensais de capacidade geradora no sistema interligado nacional. As linhas representam uma média teórica de entrada uniforme de capacidade geradora para que a previsão seja atingida.

Expansão da Capacidade de Geração em 2016 (MW)
De 1º de janeiro a 15 de junho de 2016



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL e da EPE.

Em 2016, até 15 de junho, entraram em operação 3.573 MW. Desse total, as UHEs representaram 48% da potência total que entrou em operação totalizando 1.715 MW. As EOLs representaram 42%, totalizando 1.498 MW. As UTEs a biomassa representaram 76%, enquanto as PCHs e UTEs e representaram, cada uma, 2% da capacidade instalada no período.

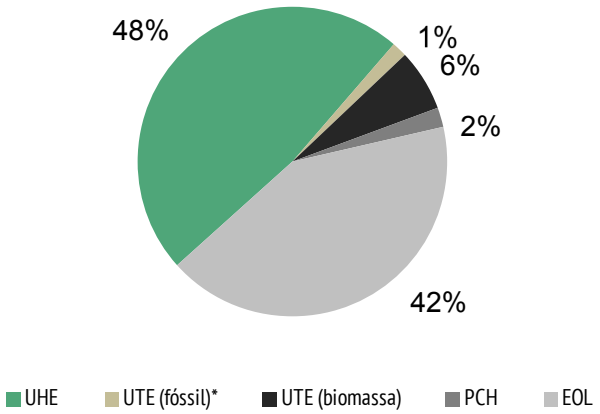
1.2. Consumo de Energia Elétrica (EPE)

O mercado nacional de fornecimento de energia elétrica a consumidores livres e cativos atingiu, em maio de 2016, 38,369 GWh, apresentando um valor 1% superior ao observado em maio de 2015.

O consumo industrial de energia elétrica foi de 13.789 GWh, valor 3% inferior ao observado no mesmo mês de 2015. O consumo industrial de energia elétrica representou 36% do total de energia elétrica consumida em maio de 2016.

Neste cenário, apesar dos valores mensais de consumo de energia elétrica da indústria de 2016 ainda estarem menores que os de 2015, suas diferenças parecem estar caindo à medida que o ano avança. Este panorama aparenta estar de acordo com a conjuntura econômica adversa que se agravou ao longo do ano passado e que, por isso, contribuiu em maio com uma base estatística baixa na comparação com este ano.

Distribuição da Capacidade Instalada por Tipo de Usina (%)
De 1º de janeiro a 15 de junho de 2016



Fonte: Elaboração própria com dados da ANEEL.
* Inclui UTEs a óleo combustível, óleo diesel, gás natural e carvão.

Consumo de Energia Elétrica por Classe (GWh)

Classe	Maio 2015	Maio 2016	Var. %	Jan-Mai 2015	Jan-Mai 2016	Var. %
Residencial	10.540	10.912	4	56.856	57.172	1
Industrial	**14.250**	**13.789**	**-3**	**71.710**	**67.345**	**-6**
Comercial	7.345	7.388	1	39.317	38.731	-1
Outras	5.926	6.280	6	30.621	31.067	1
Total	**38.061**	**38.369**	**1**	**198.504**	**194.315**	**-2**

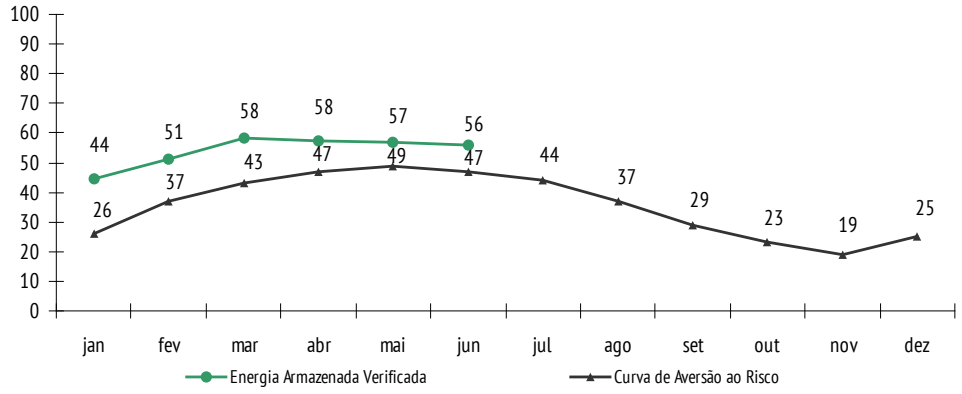
Fonte: Elaboração própria com dados da EPE.

1.3. Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada (ONS)

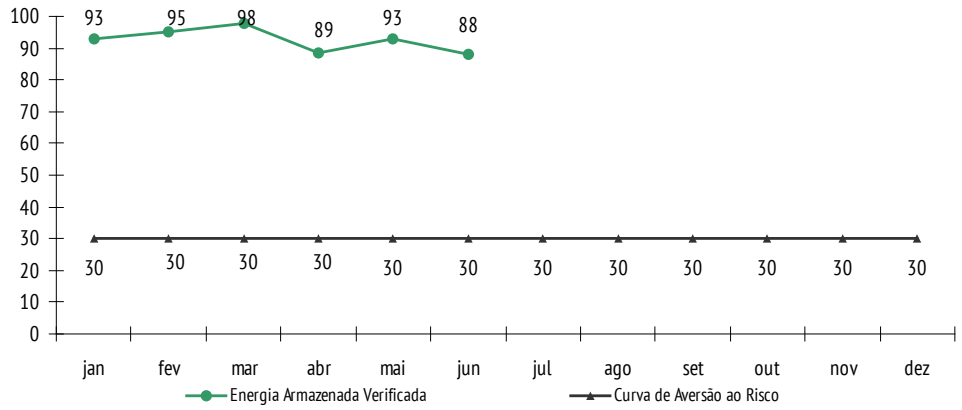
As Curvas de Aversão ao Risco estabelecem níveis de energia armazenada, vale dizer, requisito mínimo de armazenagem de energia, em base mensal, adotados como referência de segurança para o atendimento do Sistema Interligado Nacional. Para garantir o atendimento ao mercado e assegurar a capacidade de recuperação dos reservatórios, os níveis de armazenamento do reservatório equivalente de uma Região devem ser mantidos sempre acima dessa curva.

Em junho de 2016, todas as regiões apresentaram uma queda em relação ao mês anterior, sendo o Sul a região que apresentou a variação mais significativa, passando de 93% para 88%. As regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul apresentaram a energia armazenada acima da CAR para as respectivas Regiões. Já as regiões Norte e Nordeste apresentara a energia armazenada abaixo da CAR (70% e 49%, respectivamente) e apresenta indícios de que a capacidade dos reservatórios pode não ser suficiente para atender a demanda no período de seca, deficiência que deve ser suprida por importações de energia dos outros subsistemas ou por acionamento de termelétricas.

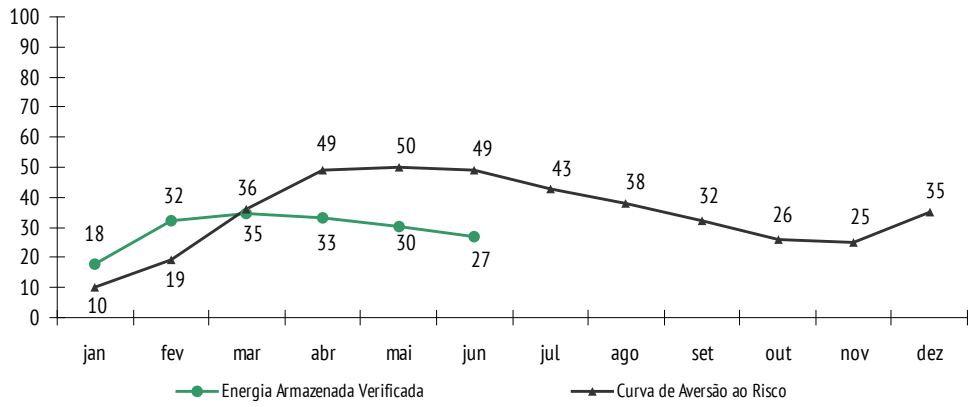
Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2016
Sudeste e Centro-Oeste (%)



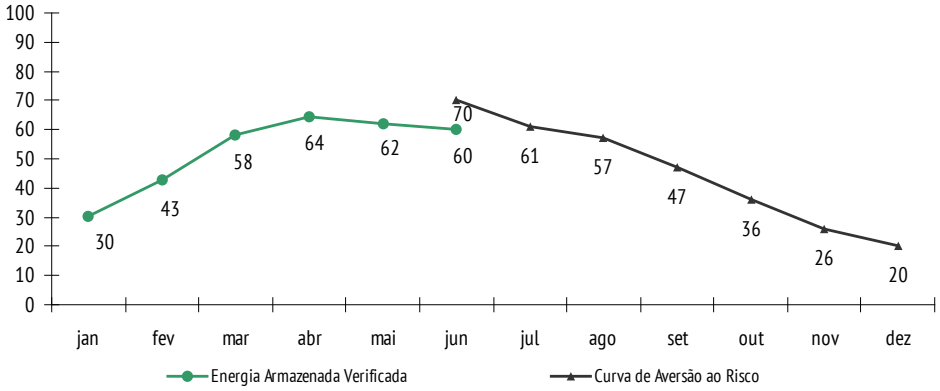
Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2016
Sul (%)



Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2016
Nordeste (%)



Curva de Aversão ao Risco e Energia Armazenada Verificada 2016
Norte* (%)



Fonte: Elaboração própria com dados do ONS.

* A Curva Bianual de Aversão a Risco proposta para a Região Norte considera a hipótese de ocorrência das afluências do pior ano do histórico de Tucuruí para o Subsistema Norte – 1963. Aplicação da curva limitada ao período junho-dezembro de cada ano.

1.4. Preço de Liquidação das Diferenças (CCEE)

O Preço de Liquidação das Diferenças - PLD é utilizado para valorar a compra e a venda de energia no mercado de curto prazo. O PLD é um valor determinado semanalmente para cada patamar de carga com base no custo marginal de operação, limitado por um preço máximo e mínimo vigentes para cada período de apuração e para cada submercado. Os intervalos de duração de cada patamar são determinados para cada mês de apuração pelo ONS e informados à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, para que sejam considerados no sistema de contabilização e liquidação. Em 2016, o PLD mínimo e máximo são, respectivamente, R$ 30,25 e R$ 422,56/MWh.

Na quarta semana de junho de 2016, o PLD atingiu o valor de R$ 61,80/MWh para as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, R$ 114,83/MWh para a região Norte e R$ 109,14/MWh para a região Nordeste, referente a carga pesada, valores abaixo do valor máximo para 2016. Já para a carga leve, as regiões Sudeste, Centro-Oeste apresentaram o valor de R$ 54,10/MWh, a região Sul apresentou o valor de R$ 43,96/MWh, e as regiões Norte e Nordeste apresentaram o valor de R$ 109,14/MWh.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R$/MWh)
Semana 4 – Junho 2016 (Período: 18/06/2016 a 24/06/2016)

Carga	Sudeste/Centro-Oeste	Sul	Nordeste	Norte
Pesada	61,80	61,80	114,83	109,14
Média	57,64	57,64	114,83	109,14
Leve	54,10	43,96	109,14	109,14

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

O cálculo da média mensal do PLD por submercado considera os preços semanais por patamar de carga leve, média e pesada, ponderado pelo número de horas em cada patamar e em cada semana do mês, para todas as Regiões. No mês de junho de 2016, as regiões Sudeste/Centro-Oeste apresentaram um PLD médio de R$ 61,32/MWh, representando uma queda de 84% em relação ao apresentado no mesmo mês do ano anterior, a região Sul apresentou um PDL médio de R$ 56,13/MWh, representando uma queda de 85%. A região Norte apresentou um PDL médio de R$ 102,20/MWh, 73% abaixo do valor apresentado no mesmo mês do ano de 2015. Já a região Nordeste apresentou um PLD médio de R$ 118,60/MWh, representando uma queda de cerca de 68% quando comparados ao mesmo mês do ano anterior.

Preço de Liquidação das Diferenças - PLD (R$/MWh)
Mensal

Região	Junho 2015	Junho 2016	Variação (%)
Sudeste/Centro-Oeste	372,73	61,32	-83,55
Sul	372,73	56,13	-84,94
Nordeste	372,73	118,60	-68,18
Norte	372,73	102,20	-72,58

Fonte: Elaboração própria com dados da CCEE

2. PETRÓLEO

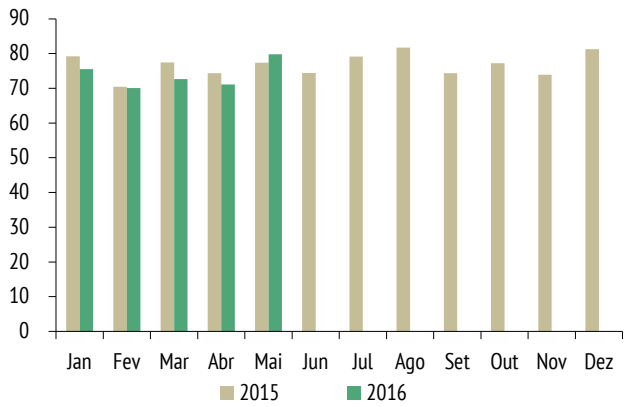
2.1. Produção, Comércio Exterior e Processamento de Petróleo (ANP)

A produção nacional de petróleo, no mês de maio de 2016, foi de 79,8 milhões de barris equivalentes de petróleo (bep), volume 3% superior ao produzido no mesmo mês do ano anterior. No acumulado do ano, a produção foi 3% inferior.

O grau API médio do petróleo produzido em maio de 2016 foi de aproximadamente 25,4°, sendo que 24,7% da produção foi considerada óleo leve (maior ou igual a 31°API), 46,4% foi considerada óleo médio (entre 22°API e 31°API) e 28,9% foi considerado óleo pesado (menor que 22°API).

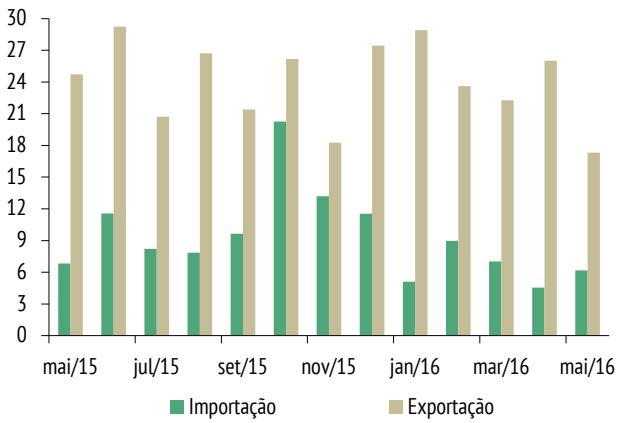
O volume correspondente ao processamento de petróleo nas refinarias nacionais, em maio de 2016, foi de 57 milhões bep. Esse volume foi 12% inferior ao observado em maio de 2015. No acumulado do ano, o volume de processamento foi 4% inferior.

Produção Nacional de Petróleo (milhões bep)



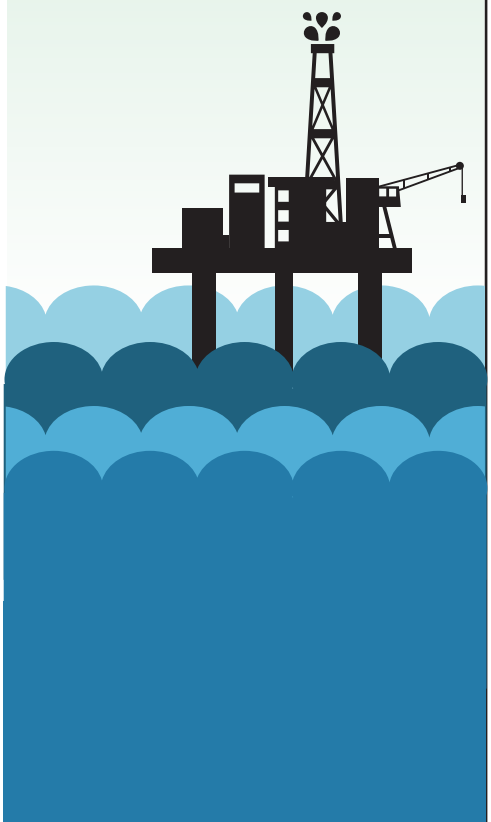
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação vs. Exportação de Petróleo (milhões bep)

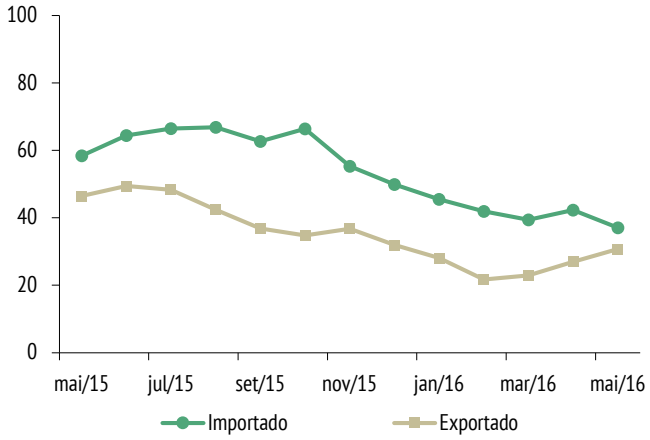


Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

De acordo com a ANP, em maio de 2016, cerca de 93,8% da produção de petróleo do Brasil foi extraída de campos marítimos.



Preço Médio do Petróleo Importado e Exportado
(US$ FOB/barril)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

O volume de petróleo exportado pelo País, em maio de 2016, foi de 17,3 milhões de bep, volume 30% inferior ao exportado em maio de 2015. No acumulado do ano, o volume de petróleo exportado foi 4% superior ao observado no mesmo período de 2015.

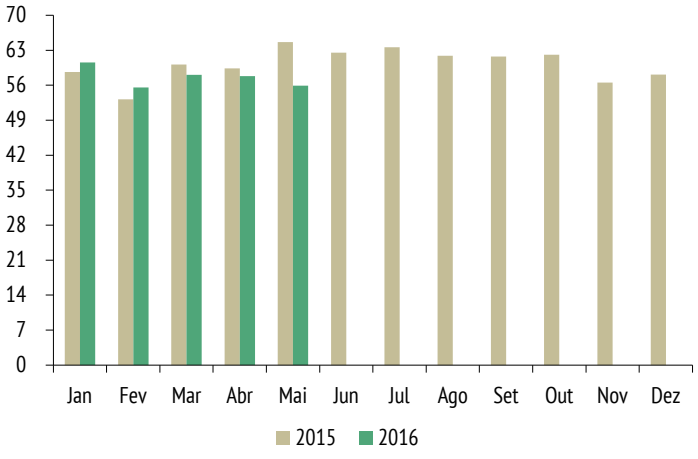
O preço médio do petróleo importado pelo país, em maio de 2016, foi de US$ 37,10/barril, valor 37% inferior ao observado em maio de 2015.

2.2. Produção e Comércio Exterior de Combustíveis Derivados de Petróleo (ANP)

Em maio de 2016, a produção nacional de derivados de petróleo foi de 55,9 milhões bep (1 bep equivale a 0,16 m³), volume 13% inferior ao produzido em maio de 2015. No acumulado do ano, a produção nacional de derivados foi 3% inferior ao mesmo período do ano passado.

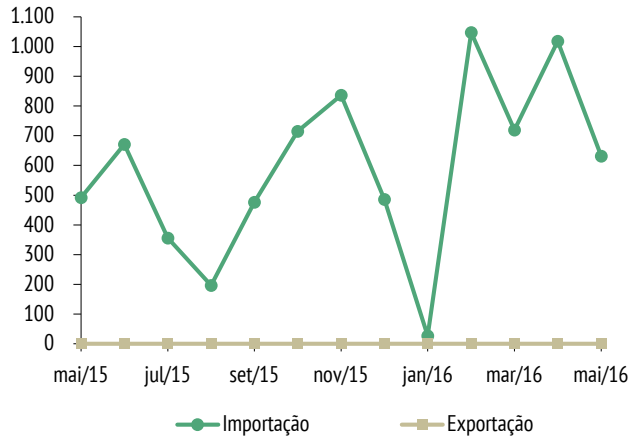
A importação de derivados de petróleo, em maio de 2016, foi de 13,7 milhões bep, valor 6% superior ao registrado em maio do ano anterior. No acumulado do ano, a importação observada foi 11% inferior ao mesmo período do ano passado.

Produção de Derivados de Petróleo
(milhões bep)



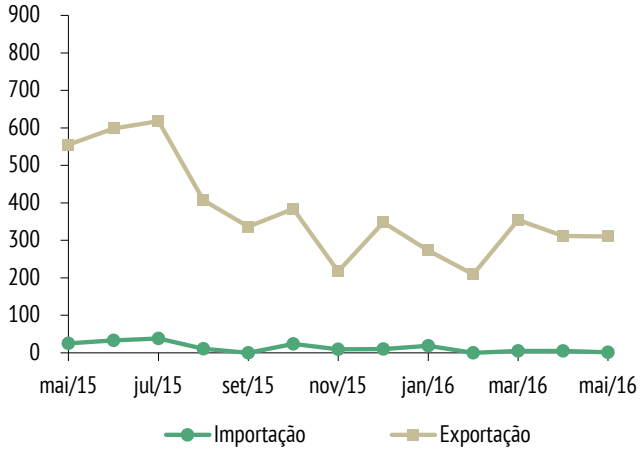
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Nafta
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

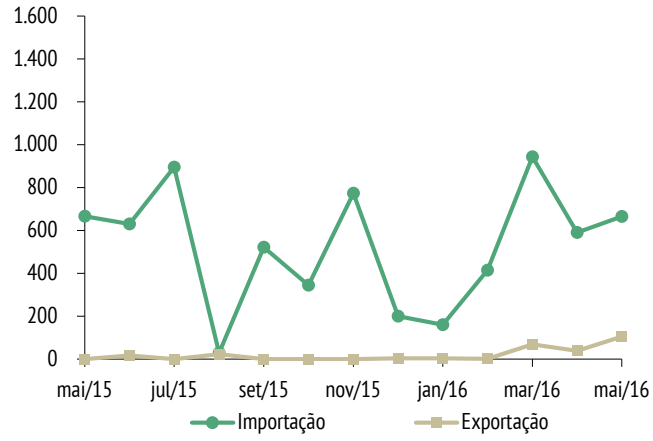
Importação e Exportação de Óleo Combustível
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

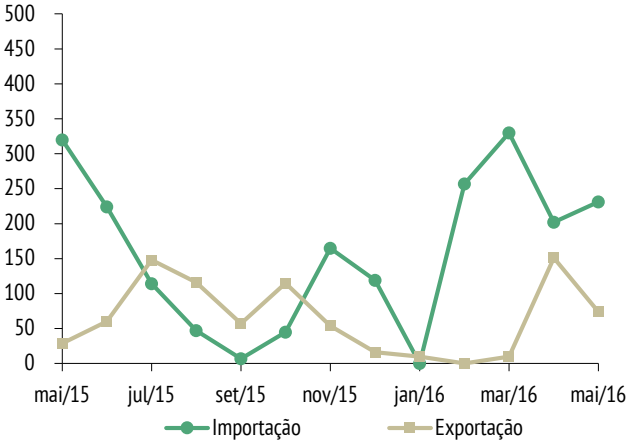
Com respeito à exportação de derivados de petróleo, em maio de 2016, foi constatado um total de 7,9 milhões bep, o que representa um volume 4% inferior ao observado no mesmo mês de 2015. No acumulado do ano, a exportação foi equivalente ao aprensentao no mesmo período do ano anterior.

Importação e Exportação de Óleo Diesel
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Importação e Exportação de Gasolina
(mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.3. Dependência Externa de Petróleo e Derivados (ANP).

Em maio de 2016, o Brasil registrou uma dependência externa negativa de 7% na balança comercial de petróleo e derivados. A importação de petróleo e derivados foi 5 milhões bep inferior à exportação de petróleo e derivados frente a um consumo aparente de 75 milhões de bep. Em maio de 2015, a dependência externa foi negativa em 20%. No acumulado do ano de 2016, foi observada uma dependência negativa de 18%.

Dependência Externa de Petróleo e Derivados (milhões bep)

	Maio/2015	Jan-Mai/2015	Maio/2016	Jan-Mai/2016
Produção de Petróleo (a)	77	379	80	369
Imp. Líq. de Petróleo (b)	-18	-77	-11	-86
Imp. Líq. de Derivados (c)	5	38	6	30
Consumo Aparente (d)=(a+b+c)	64	340	75	313
Dependência Externa (e)=(d-a)	-13	-39	-5	-56
Dependência Externa (e)/(d)	**-20%**	**-11%**	**-7%**	**-18%**

Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

2.4. Balança Comercial de Petróleo e Derivados (ANP).

A balança comercial brasileira de petróleo e derivados, em maio de 2016, apresentou saldo positivo de US$ 23 milhões FOB. Ou seja, o Brasil exportou US$ 23 milhões FOB a mais do que importou. No mesmo mês do ano anterior, esse saldo foi positivo de US$ 395 bilhão FOB. No acumulado do ano, a balança comercial de petróleo e derivados apresentou saldo positivo de US$ 37 milhões FOB.

Balança Comercial de Petróleo e Derivados (milhão US$ FOB)

	Maio/2015	Jan-Mai/2015	Maio/2016	Jan-Mai/2016
Petróleo				
Receita com exportação (a)	1.150	4.953	533	3.068
Dispêndio com importação (b)	400	2.387	229	1.306
Balança Comercial (c)=(a-b)	750	2.567	304	1.762
Derivados				
Receita com exportação (d)	483	2.069	339	1.317
Dispêndio com importação (e)	838	5.144	620	3.041
Balança Comercial (f)=(d-e)	-355	-3.075	-281	-1.725
Petróleo e Derivados				
Receita Total com exportação (g)=(a+d)	1.633	7.022	871	4.385
Dispêndio Total com importação (h)=(b+e)	1.237	7.531	848	4.348
Balança Total (i)=(g)-(h)	**395**	**-508**	**23**	**37**

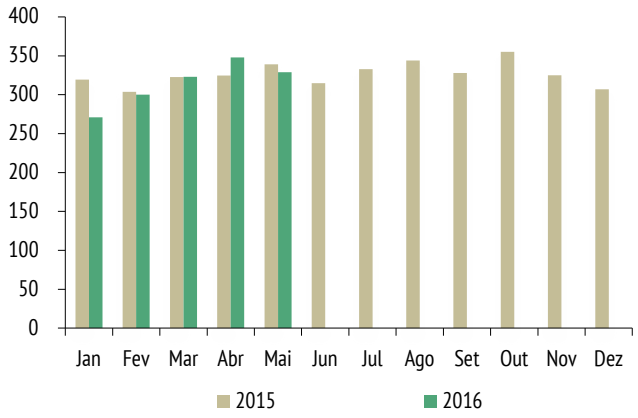
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3. BIOCOMBUSTÍVEIS

3.1. Produção de Biodiesel (ANP)

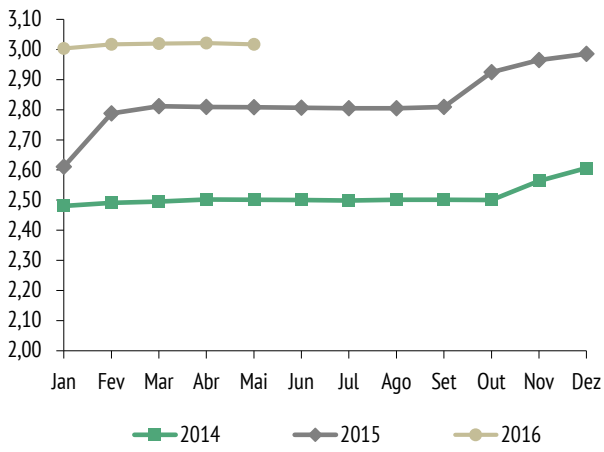
A produção nacional de biodiesel, em maio de 2016, foi de 329 mil m³, montante 3% inferior ao produzido em maio de 2015. No acumulado do ano, a produção de biodiesel foi 2% inferior. O preço do óleo diesel (misturado com biodiesel), em maio de 2016, foi de R$ 3,02/ℓ, valor 7% superior ao observado em maio de 2015.

Produção de Biodiesel (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Diesel (R$/ℓ)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

3.2. Álcool

3.2.1. Produção de Álcool e Açúcar (MAPA)

A safra 2015/2016 produziu, até o dia 31 de maio de 2016, 30.478 mil m³ de álcool, sendo 19.263 mil m³ referentes à produção de álcool etílico hidratado (63%). Em relação ao mesmo período da safra 2014/2015, houve um aumento de 12% na produção de álcool hidratado. A produção total de álcool foi 5% superior em relação ao mesmo período da safra anterior.

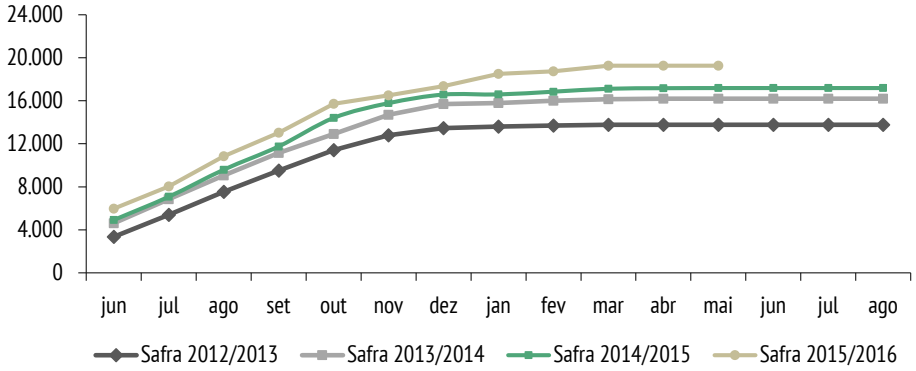
Já a produção de açúcar apresentou queda. Até 31 de maio, produziu-se 33.537 milhões de toneladas de açúcar, volume 6% inferior ao observado no mesmo período da safra 2014/2015.

Produção de Álcool e Açúcar - Valores Acumulados

	Safra 2014/2015 (até 31 de maio de 2015)	Safra 2015/2016 (até 31 de maio de 2016)	Variação (%)
Álcool Anidro (mil m³)	11.744	11.215	-5
Álcool Hidratado (mil m³)	17.182	19.263	12
Total Álcool (mil m³)	**28.926**	**30.478**	**5**
Açúcar (mil ton)	35.621	33.537	-6

Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

Produção de Álcool Etílico Hidratado (mil m³)



Fonte: Elaboração própria com dados do MAPA.

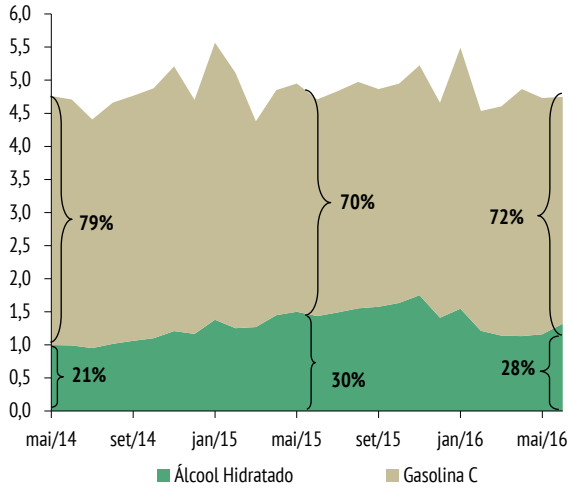
3.2.2. Vendas de Álcool Etílico Hidratado (ANP)

As vendas de álcool etílico hidratado foram de 1,3 milhão m³ em maio de 2016. Esse número representa uma queda de 8% em relação ao volume vendido em maio do ano anterior.

As vendas de álcool etílico hidratado representaram 28% do universo de vendas do álcool e da gasolina em maio de 2016. Essa participação foi 2 pontos percentuais inferior ao observado em maio de 2015.

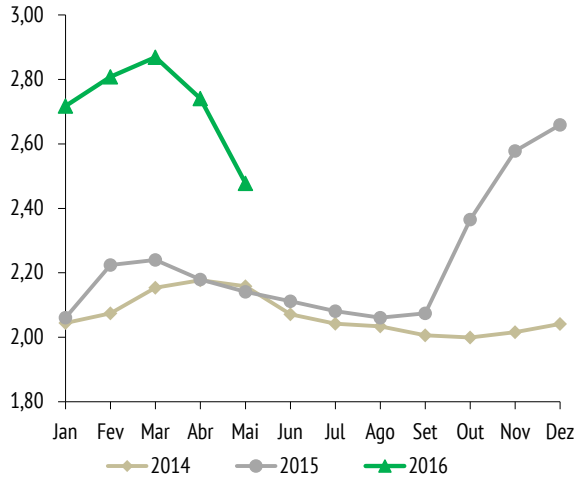
Em maio de 2016, o preço médio ao consumidor do álcool etílico hidratado foi de R$ 2,47/ℓ, valor 15% superior ao registrado no mesmo período de 2015.

Vendas de Álcool Etílico Hidratado e Gasolina C[1] (milhão m³)



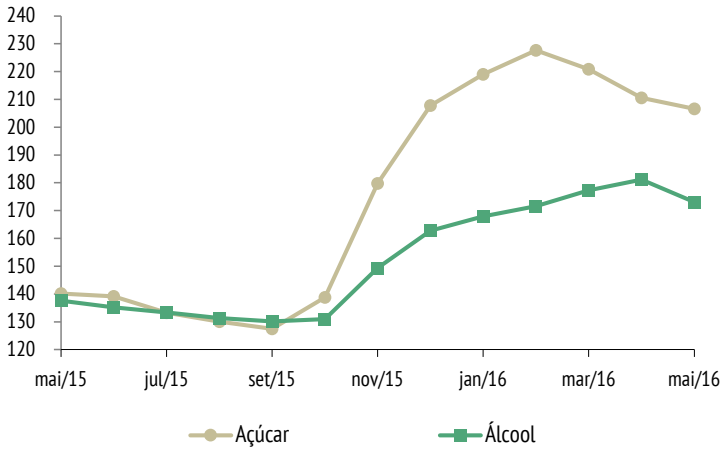
[1]Gasolina C: Gasolina A + percentual de Álcool Anidro.
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Preço ao Consumidor do Álcool Etílico Hidratado (R$/ℓ)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Índice de Preço do Açúcar e do Álcool Etílico Hidratado (jan/07 = 100)*



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP e da ESALQ/USP.

* Foi considerado o preço do açúcar cristal observado no Estado de São Paulo, no 1º dia útil de cada mês, divulgado pela ESALQ/USP.

4. GÁS NATURAL

4.1. Produção, Importação e Oferta Interna de Gás Natural (ANP)

A produção nacional diária média de gás natural, em maio de 2016, foi de 99,8 milhões m³, representando um aumento de 7% comparado à média verificada em maio de 2015.

A importação de gás natural realizada pelo País, em maio de 2016, foi de 40,4 milhões m³/dia. A oferta total líquida desse energético, descontando o gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção, naquele mês, foi de 95,8 milhões m³/dia. Este montante é 13% inferior ao observado em maio de 2015.

A proporção de gás natural queimado, perdido, reinjetado e consumido nas unidades de exploração e produção (E&P) foi de 45% em maio de 2016. Em maio de 2015, essa proporção havia sido de 41%.

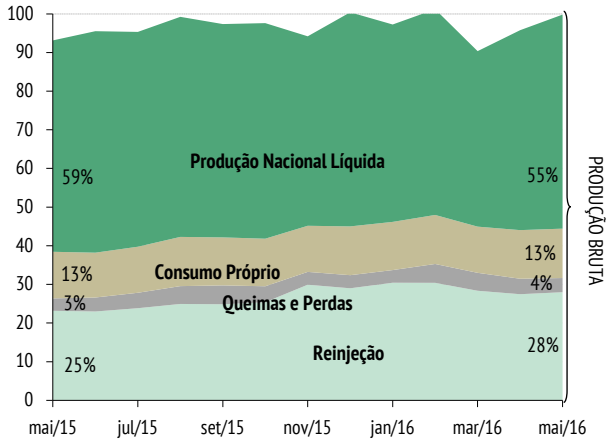
Balanço do Gás Natural no Brasil (mil m³/dia)

	Média em Maio/2015	Média do período Jan-Mai/2015	Média em Maio/2016	Média do período Jan-Mai/2016
Produção Nacional[1]	**93.132**	**95.003**	**99.808**	**96.874**
- Reinjeção	23.172	22.077	27.976	28.924
- Queimas e Perdas	3.206	3.594	3.670	4.093
- Consumo Próprio	12.057	12.158	12.779	12.492
= Produção Nac. Líquida	**54.698**	**57.174**	**55.383**	**51.364**
+ Importação	54.950	60.893	40.413	46.113
= Oferta	**109.648**	**118.067**	**95.797**	**97.477**

[1] Não inclui Gás Natural Liquefeito.

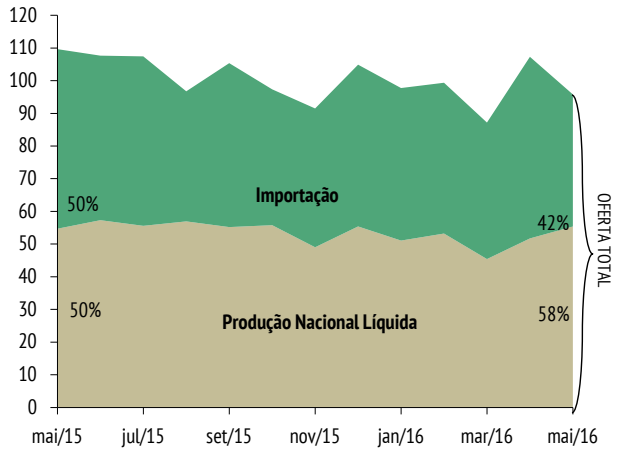
Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Produção Nacional Bruta de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

Oferta Total de Gás Natural (milhão m³/dia)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANP.

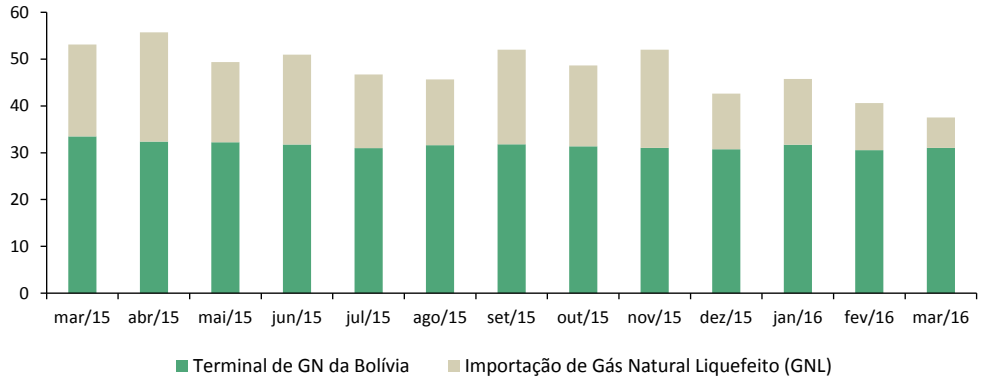
4.2. Importação Média de Gás Natural (MME)

Até o fechamento desta edição o MME não havia disponibilizado os dados de Importação de Gás Natural. Seguem as últimas informações disponíveis.

A importação média de Gás Natural da Bolívia, em março de 2016, foi de 31,1 milhões de m³/dia, volume 7% inferior ao observado no mesmo mês de 2015.

Em março de 2016, a importação média de Gás Natural Liquefeito (GNL) totalizou 6,45 milhões m³/dia, volume 67% inferior ao montante observado em março do ano anterior.

Importação de Gás Natural (milhões m³/dia)



Fonte: Elaboração própia com dados do Ministério de Minas e Energia.

4.3. Consumo de Gás Natural (ABEGÁS)

O consumo de gás natural no país em abril de 2016 foi, em média,cerca de 57,1 milhões de m³/dia. Essa média é 29% inferior ao volume médio diário consumido em abril de 2015.

O setor industrial, em abril de 2016, consumiu cerca de 25,8 milhões de m³/dia de gás natural, volume 11% inferior ao apresentado no mesmo mês do ano anterior.

O setor industrial foi responsável por 45% do consumo de gás natural em abril de 2016. A geração elétrica foi o segundo setor em consumo, responsável por 31% do volume total de gás consumido no mesmo mês.

Consumo de Gás Natural por Segmento

	Médio (mil m³/dia)		Variação %	
	Abril/2015	Abril/2016	Abr-2016/ Abr-2015	Acumulado no Ano
Industrial	**28.920**	**25.848**	**-11**	**-11**
Automotivo	4.804	4.923	2	1
Residencial	1.017	917	-10	10
Comercial	798	781	-2	4
Geração Elétrica	36.137	17.841	-51	-38
Co-geração*	2.524	2.486	-1	1
Outros	6.654	4.337	-35	-17
Total	**80.854**	**57.133**	**-29**	**-22**

Fonte: Elaboração própria com dados da Abegás.
*O segmento co-geração contempla os consumos de co-geração industrial e co-geração comercial.

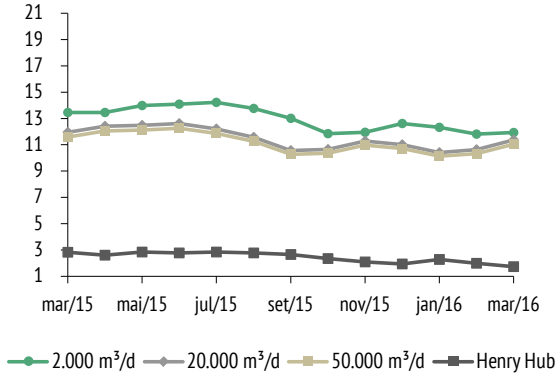
4.4. Preço do Gás Natural (MME)

Até o fechamento desta edição o MME não havia disponibilizado os dados de Preço de Gás Natural. Seguem as últimas informações disponíveis.

O preço médio do gás natural ao consumidor industrial, em março de 2016, foi de US$ 11,85/MMBTU, valor 4% inferior ao observado em março de 2015 (US$ 12,33/MMBTU). Esse valor inclui impostos e custos de transporte.

Em março de 2016, o preço médio do gás natural no mercado spot Henry Hub foi de US$ 1,73/MMBTU, valor 39% inferior ao apresentado em março de 2015 (US$ 2,83/MMBTU). Esse preço não inclui impostos, transporte nem margem do distribuidor e é estabelecido nos dias úteis em negociações para entrega do dia seguinte.

Preço Médio do Gás Natural: Consumidor Industrial[1] e do Mercado Spot Henry Hub[2] (US$/MMBtU)



Fonte: Elaboração própria com dados do Ministério de Minas e Energia e do Governo de Nebraska (EUA).
[1] Preço com impostos e custo de transporte. Média mensal.
[2] Preço sem impostos e custo de transporte. Média ponderada mensal das cotações diárias.

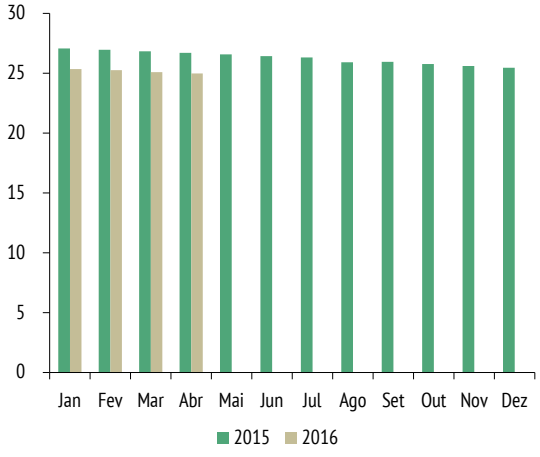
5. TELECOMUNICAÇÕES

5.1. Indicadores do Serviço de Telefonia Fixa Comutada e Acessos Móveis (ANATEL)

Até o fechamento desta edição a ANATEL não havia disponibilizado os indicadores de telefonia fixa. Seguem as últimas informações disponíveis.

Os acessos fixos instalados são o conjunto formado pelo número total de acessos em serviço, inclusive os destinados ao uso coletivo, mais os acessos que, embora não ativados, disponham de todas as facilidades necessárias à entrada em serviço. O total de acesso fixos em serviço alcançou 25,0 milhões em abril de 2016, valor 6% inferior ao registrado em abril de 2015.

Acessos Fixos em Operação (milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

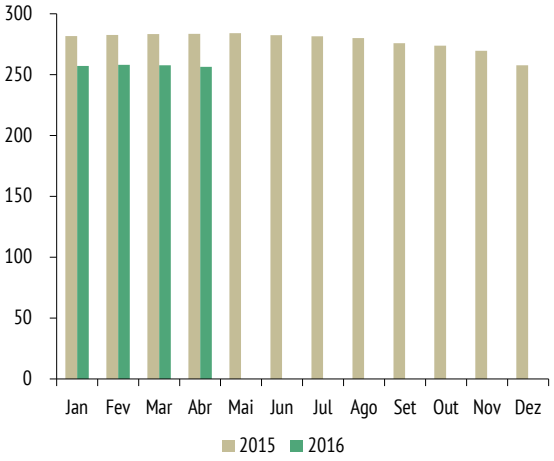
5.2. Serviços Contratados Ativos de Internet Móvel e Fixa (ANATEL)

Até o fechamento desta edição a ANATEL não havia disponibilizado os indicadores de acesso móvel e fixo à internet. Seguem as últimas informações disponíveis.

O número total de acessos via telefonia móvel em abril de 2016 foi de 256 milhões, montante 10% inferior ao observado no mesmo período de 2015.

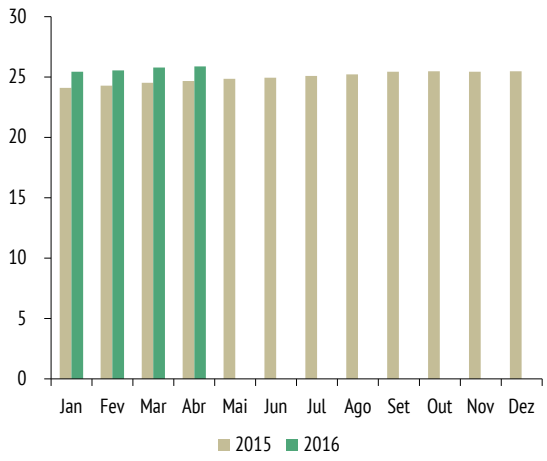
Os acessos totais de internet fixa tiveram um crescimento de 5% se compararmos com os valores de abril de 2015. Em abril de 2016 tivemos aproximadamente 25,9 milhões de acessos fixos enquanto que no mesmo período do ano anterior esse valor foi de 24,7 milhões.

Evolução do Total de Acessos Móveis (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

Evolução do Total de Acessos Fixos (milhão)



Fonte: Elaboração própria com dados da Anatel.

6. TRANSPORTES

6.1. Portos Selecionados e Terminais de Uso Privativo (ANTAQ)

Em maio de 2016, a movimentação de granel sólido nos portos públicos e nos terminais de uso privativo (TUPs) apresentou um aumento de 8% em relação a maio de 2015. A movimentação de granel líquido foi 7% inferior ao movimentado no mesmo mês do ano anterior enquanto a carga geral apresentou aumento de 1%.

Os TUPs representaram 64% da movimentação total de carga nos portos e terminais em maio de 2016. A movimentação total nos TUPs foi de 56.949 mil toneladas, volume 2% superior ao observado em maio de 2015. Os portos públicos movimentaram 32.484 mil toneladas, volume 7% superior em comparação com mesmo mês do ano anterior.

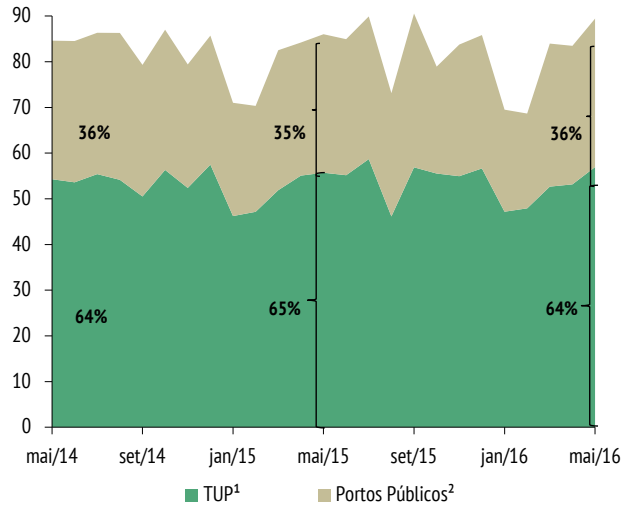
A quantidade de contêineres movimentados em todos os portos organizados e terminais privados do país, em maio de 2016, foi de 758 mil TEUs (twenty-foot equivalent unit), montante 1% superior em relação ao mesmo mês do ano anterior.

Movimentação Total de Cargas – por natureza* (mil t)

	Período		Variação %
	Mai/2015	Mai/2016	Mai-2016 / Mai-2015
Granel Sólido (a)	**53.646**	**58.192**	**8%**
Portos Públicos	18.382	19.953	9%
TUPs	35.264	38.239	8%
Granel Líquido (b)	**19.327**	**18.070**	**-7%**
Portos Públicos	4.216	4.622	10%
TUPs	15.111	13.449	-11%
Carga Geral Solta (c)	**13.048**	**13.172**	**1%**
Portos Públicos	7.717	7.910	2%
TUPs	5.331	5.262	-1%
Total (a+b+c)	**86.022**	**89.434**	**4%**
Portos Públicos	30.316	32.484	7%
TUPs	55.706	56.949	2%

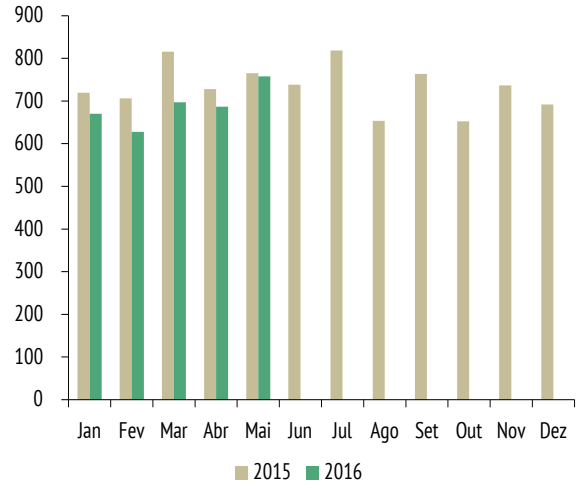
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
* Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

Movimentação Total de Cargas
(milhões t)



Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

Movimentação Total de Contêineres*
(mil TEUs)



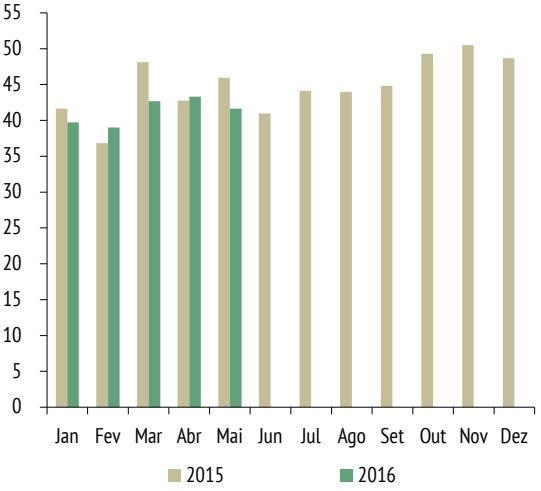
Fonte: Sistema de Informações Gerenciais da ANTAQ. Dados sujeitos a alteração.
*Terminais de uso privativo (114 instalações).
Portos públicos (33 instalações).

6.2. Transporte Aéreo (ANAC)

A movimentação de passageiros pagos em maio de 2016, somando mercado nacional e internacional, foi de 7,5 milhões de passageiros, valor 10% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. Os passageiros nacionais representam 93% da movimentação total de maio de 2016.

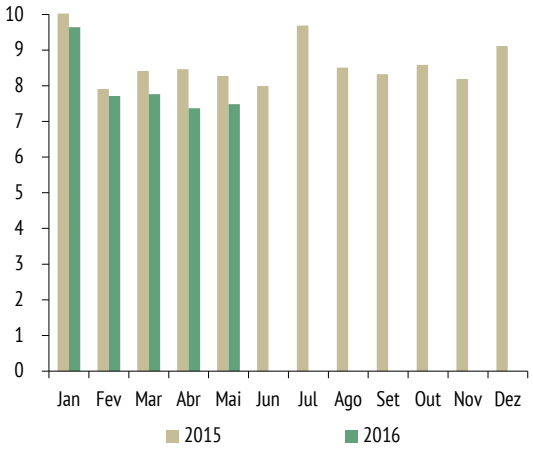
A movimentação de carga aérea total no País em maio de 2016, somando mercado nacional e internacional, foi de 42 mil toneladas, montante 9% inferior ao averiguado no mesmo mês do ano anterior. A carga doméstica respondeu por 66% do total de cargas movimentado no período.

Movimentação mensal de Cargas
(mil toneladas)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

Movimentação mensal de Passageiros
(milhões)



Fonte: Elaboração própria com dados da ANAC.

6.3. Cargas Ferroviárias (ANTT)

A movimentação de mercadorias nas ferrovias, em maio de 2016, foi de 43 milhões de toneladas úteis (TUs), valor 3% superior ao observado no mesmo período de 2015. A movimentação de Adubos e Fertilizantes foi a que apresentou maior crescimento na movimentação de mercadorias transportadas por ferrovias (54%), já a movimentaçãod e Carvão/Coque apresentou a maior retração (-25%). O minério de ferro correspondeu a 77% do total movimentado em maio de 2016.

Movimentação de Mercadoria nas Ferrovias

Ano	2015	2016	Variação (%)
Mercadoria	Maio (mil TU)	Maio (mil TU)	Mai-16 / Mai-15
Minério de Ferro	32,004	33,404	4
Soja e Farelo de Soja	3,482	3,794	9
Produção Agrícola (exceto soja)	1,016	1,187	17
Indústria Siderúrgica	1,288	1,094	-15
Carvão/Coque	1,027	776	-25
Combustíveis e Derivados de Petróleo e Álcool	783	715	-9
Graneis Minerais	615	591	-4
Extração Vegetal e Celulose	511	477	-7
Adubos e Fertilizantes	244	376	54
Contêiner	320	302	-6
Cimento	244	227	-7
Indústria Cimenteira e Construção Civil	222	185	-17
Carga Geral - Não Contein.	9	9	1
Total	**41,765**	**43,137**	**3**

Fonte: Elaboração própria com dados da ANTT.

6.4. Participação dos Modos de Transporte no Comércio Exterior (MDIC)

Em maio de 2016, a movimentação total de exportação e importação realizada no Brasil foi de 71,0 milhões de toneladas, volume 10% superior ao averiguado em maio de 2015. As exportações totalizaram 60 milhões de toneladas, 84% do total.

Movimentação Total (exportação e importação) por modo

Modo	mil t		Variação (%)	
	Mai/2015	Mai/2016	Mai-2016 / Mai-2015	Acumulado do ano
Marítimo	61.127	66.955	10	10
Fluvial	1.519	1.726	14	13
Aéreo	95	97	2	-11
Ferroviário	36	26	-29	-18
Rodoviário	825	961	16	8
Outros*	932	1.227	32	2
Total	**64.535**	**70.992**	**10**	**10**

Fonte: Elaboração própria com dados do MDIC.

*Linha de transmissão, tudo-conduto, postal, próprio, lacustre.

7. INVESTIMENTOS PRIVADOS EM INFRAESTRUTURA

7.1. Desembolsos do BNDES

Até o fechamento desta edição o BNDES não havia disponibilizado os dados de Desembolsos por setor CNAE. Seguem as últimas informações disponíveis.

Em março de 2016, o desembolso total realizado pelo BNDES na área de infraestrutura (refino e álcool, energia elétrica e gás natural, saneamento, telecomunicações e transporte) foi de R$ 1,6 bilhão, valor 69% inferior ao aportado em março de 2015.

Desembolso mensal BNDES

Setor	Março/2015 R$ milhão	Março/2016 R$ milhão	Variação (%)	Participação (%)
Refino e Álcool	821	125	-85	8
Energia Elétrica e Gás Natural	2.219	618	-72	38
Saneamento	137	72	-48	4
Telecomunicações	69	34	-51	2
Transporte	1.947	787	-60	48
Aéreo	61	21	-65	-
Aquaviário	187	91	-51	-
Terrestre	1.699	674	-60	-
Total Infraestrutura	**5.192**	**1.635**	**-69**	**100**

Fonte: Elaboração própria com dados do BNDES.

8. EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA UNIÃO (SIAFI)

8.1. Orçamento Geral e de Investimentos da União (Tabela I)

A dotação total autorizada registrada no SIAFI para o Orçamento da União de 2016 é de, aproximadamente, R$ 3 trilhões. Deste valor, aproximadamente R$ 46,4 bilhões correspondem à alínea "investimentos", o que representa 2% do orçamento total de 2016.

Entre os órgãos superiores, o Ministério dos Transportes detém o maior orçamento de investimentos, em valor absoluto, R$ 8,3 bilhões o que representa 45% da dotação total do órgão.

Do orçamento de investimentos da União para 2016, foram empenhados, até 30 de junho, R$ 16,7 bilhões, cerca de 36% da dotação autorizada. No mesmo período foram liquidados R$ 2,5 bilhões. Foram pagos do orçamento aproximadamente R$ 2 bilhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R$ 20,8 bilhões.

8.2. Orçamento Geral e de Investimentos do Ministério dos Transportes (Tabelas I e II)

Do montante de R$ 8,3 bilhões autorizados para os investimentos do Ministério dos Transportes em 2016, foram empenhados cerca de R$ 4,4 bilhões (53% da dotação autorizada) e liquidados R$ 645 milhões até 30 de junho. No mesmo período, foram pagos do orçamento cerca R$ 547 milhões. Já o pagamento total, incluindo os restos a pagar pagos no período, soma R$ 5,6 bilhões.

Cerca de 80% dos recursos autorizados para investimentos do Ministério dos Transportes (R$ 6,6 bilhões) estão destinados ao setor rodoviário. O restante está dividido entre os setores ferroviário (R$ 1,2 bilhão, ou 14%), hidroviário (R$ 147 milhões) e outros (R$ 332 milhões). A modalidade portuária não apresenta restos a pagar pagos até o dia 30 de junho.

8.3. Restos a Pagar – Orçamento de Investimentos (Tabela III)

O Ministério dos Transportes inscreveu, em 2016, cerca de R$ 2,7 bilhões em restos a pagar processados. A União inscreveu, aproximadamente, R$ 10,4 bilhões de restos a pagar processados. Em relação aos restos a pagar não-processados, o Ministério dos Transportes tem R$ 8,6 bilhões inscritos, enquanto a União tem R$ 65,8 bilhões de restos a pagar não-processados inscritos para 2016.

Do volume total de restos a pagar inscritos pelo Ministério dos Transportes, 47% foram pagos até 30 de junho de 2016 (excluídos os cancelamentos). No caso da União, os pagamentos correspondem a 26% do total de restos a pagar inscritos.

9. PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC (SIAFI) – TABELA IV

Para 2016, o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC apresenta dotação de R$ 31,5 bilhões no orçamento da União, de acordo com o SIAFI. Desse total, foram alocados 26% no Ministério das Cidades (R$ 8,2 bilhões) e 26% no Ministério dos Transportes (R$ 8,1 bilhões), principais executores do chamado "PAC Orçamentário", que considera somente os recursos do Orçamento Geral da União.

No âmbito do PAC, a União empenhou R$ 13,6 bilhões (43% do orçamento autorizado) e liquidou R$ 4,8 bilhões até 30 de junho de 2016. Foram pagos R$ 4,6 bilhões do orçamento de 2016 e os restos a pagar pagos somaram, aproximadamente, R$ 14,5 bilhões no mesmo período. Ainda restam R$ 32,4 bilhões em restos a pagar não pagos nos projetos do PAC Orçamentário.

ANEXOS

Tabela I - Execução Orçamentária da União - OGU 2016
Investimentos - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2016*

R$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	1.218	85	7	14	1	12	1	148	160	761
MAPA	936	327	35	10	1	0	0	210	210	719
MCTI	625	177	28	68	11	38	6	244	282	467
MDIC	256	2	1	1	0	1	0	2	4	30
MME	79	8	10	1	2	1	1	23	24	17
M. Transportes	**8.321**	**4.382**	**53**	**645**	**8**	**547**	**7**	**5.064**	**5.610**	**5.754**
M. Comunicações	73	7	10	0	0	0	0	9	9	111
MMA	107	65	61	9	8	2	2	29	31	76
MDA	319	135	43	9	3	5	2	144	149	517
M. Defesa	7.566	3.700	49	441	6	406	5	3.513	3.918	2.382
M. Int. Nacional	4.813	1.438	30	242	5	238	5	1.389	1.627	3.487
M. das Cidades	3.546	1.576	44	46	1	46	1	1.934	1.980	12.653
Outros**	18.310	4.832	26	1.007	6	733	4	6.051	6.784	27.011
Total	**46.170**	**16.735**	**36**	**2.495**	**5**	**2.029**	**4**	**18.759**	**20.788**	**53.985**

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.
* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.
** Inclui Câmara dos Deputados, Senado, TCU, STF, STJ, Justiça Federal, Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho, Justiça do DF e Territórios, Ministério Público da União, Ministério do Planejamento, Ministério da Fazenda, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Ministério da Previdência Social, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Saúde, Ministério do Trabalho e do Emprego, Ministério da Cultura, Ministério do Esporte, Ministério do Turismo, Ministério do Desenvolvimento Social.

Tabela II - Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes – OGU 2016
Investimentos – Por Modalidade

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2016*

R$ milhão

Modalidade	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Pagamento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Ferroviário	1.199	774	64	202	17	200	17	345	545	381
Hidroviário	147	10	7	1	1	1	1	47	48	262
Portuário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Rodoviário	6.642	3.405	51	412	6	317	5	4.204	4.521	4.759
Outros	332	193	58	30	9	29	9	468	496	346
Total	**8.321**	**4.382**	**53**	**645**	**8**	**547**	**7**	**5.064**	**5.610**	**5.754**

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.
Valores menores que R$ 1 milhão não estão descritos na tabela.
* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela III - Demonstrativo dos Restos a Pagar Inscritos em 2016

Restos a Pagar Processados

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2016*

R$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	2.687	0	2.608	79
União	10.428	163	5.641	4.624

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.
* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Restos a Pagar Não-processados

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2016*

R$ milhão

Órgão	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
M. Transportes	8.622	492	2.456	5.674
União	65.803	3.324	13.117	49.362

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.
* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Tabela IV - Execução Orçamentária da União - OGU 2016
PAC - Por Órgão Superior

Valores em final de período - atualizados até 30/06/2016*

R$ milhão

Órgão Superior	Dotação Autorizada (a)	Empenho (b)	(b/a) %	Liquidação (c)	(c/a) %	Paga-mento (d)	(d/a) %	Restos a Pagar pagos (e)	Total Pago (f=d+e)	RP a pagar
Presidência da República	2.505	800	32	672	27	672	27	479	1.152	1.049
M. Planejamento	1	1	124	0	13	0	6	0	0	0
MAPA	0	0	0	0	0	0	0	23	23	65
MCTI	279	14	5	9	3	9	3	0	9	0
M. Fazenda	52	0	0	0	0	0	0	0	0	80
MEC	1.617	328	20	61	4	59	4	1.137	1.196	7.969
MDIC	150	0	0	0	0	0	0	0	0	0
M. Justiça	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0
M. Minas e Energia	127	7	5	4	3	3	2	39	42	80
M. Saúde	925	244	26	224	24	208	22	424	631	1.888
M. Transportes	**8.184**	**4.788**	**59**	**930**	**11**	**798**	**10**	**5.285**	**6.083**	**5.744**
M. Comunicações	457	389	85	355	78	355	78	16	371	72
M. Cultura	68	48	72	26	38	12	17	58	69	251
M. Meio Ambiente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
MDA	0	2	0	0	0	0	0	5	5	19
M. Esporte	634	239	38	10	2	10	2	296	306	895
M. Defesa	4.525	2.855	63	296	7	292	6	2.448	2.740	1.081
M. Integr. Nacional	3.658	1.114	30	230	6	226	6	1.177	1.404	2.101
M. Turismo	0	0	0	0	0	0	0	83	83	1.190
M. Desenv. Social	129	96	74	25	19	25	19	245	270	285
M. Cidades	8.223	2.665	32	1.976	24	1.975	24	2.741	4.716	9.595
Total	**31.534**	**13.589**	**43**	**4.818**	**15**	**4.644**	**15**	**14.458**	**19.102**	**32.368**

Fonte: Elaboração própria com dados do SIAFI.
Valores menores que R$ 1 milhão não estão descritos na tabela.
* Os dados ainda estão "em aberto", ou seja, sujeitos a alteração.

Documento elaborado com dados disponíveis até 6 de julho de 2016.

RELATÓRIO DE INFRAESTRUTURA | Publicação da Confederação Nacional da Indústria – Gerência Executiva de Infraestrutura | Gerente de Infraestrutura: Wagner Cardoso | Equipe: Adriano Alves, Carlos Senna Figueiredo, Danna Dias, Ilana Ferreira e Matheus Braga | e-mail: infra@cni.org.br | Projeto Gráfico: Núcleo de Editoração CNI | Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC: (61) 3317.9989 sac@cni.org.br | Setor Bancário Norte Quadra 1 Bloco C Edifício Roberto Simonsen CEP 70040-903 Brasília, DF | www.cni.org.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.